

FISCALIZAÇÃO CONJUNTA EM MAIRIPORÃ IDENTIFICA OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO E PLACA DE VENDA ILEGAL

Em mais uma operação integrada de fiscalização ambiental e urbanística, realizada na quinta-feira, 17 de julho de 2025, no Parque Estadual Itapetinga, no município de Mairiporã, diversos órgãos estaduais e municipais constataram **graves irregularidades** em áreas de proteção permanente (APP), incluindo **construções ilegais, desmatamento e indícios de comercialização clandestina de terrenos.**

A diligência envolveu representantes do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, SEMIL (Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), CETESB, Fundação Florestal, Polícia Civil, Guarda Civil Metropolitana de Mairiporã, ELEKTRO, CREA-SP e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (CRECISP), entre outras instituições. **Placa de venda ilegal foi identificada, mas não havia corretores no local**

Durante a ação, foi identificada uma placa com os dizeres “Vende-se este terreno”, o que aponta para a possibilidade de comercialização irregular de lotes dentro de área protegida por legislação ambiental. No entanto, **não foram localizados corretores de imóveis, representantes de imobiliárias ou indivíduos promovendo a venda no momento da fiscalização.**

Para o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, a presença do Conselho em operações como esta é fundamental para **coibir a atuação de falsos profissionais e garantir segurança jurídica à população.** “O cidadão precisa saber que comprar terreno em área de preservação ou em loteamento clandestino pode resultar em perda total do investimento. A presença de corretores habilitados é a garantia de que a transação será orientada conforme a lei”, comentou.

Riscos à população e ao meio ambiente

As construções em áreas de preservação não apenas **violam normas urbanísticas e ambientais**, mas também colocam em risco mananciais, encostas e a biodiversidade local. Além disso, compradores de boa-fé, muitas vezes enganados



por anúncios informais, **podem sofrer embargos, demolições e sanções administrativas.**

Durante a operação, foram lavrados autos de constatação pelas autoridades ambientais.

Recomendações à população

O CRECISP orienta a população a **verificar sempre a regularidade jurídica e ambiental do imóvel antes da compra**, adotando os seguintes cuidados:

Consultar as prefeituras, a CETESB e a Secretaria do Meio Ambiente sobre a legalidade do terreno;

Verificar se o imóvel não se encontra em área de preservação permanente;

Exigir a participação de um corretor de imóveis registrado no CRECI-SP, que responderá tecnicamente pela intermediação.

Compromisso com a legalidade e a proteção ambiental

As ações de fiscalização integrada, como a realizada em Mairiporã, reforçam o papel dos órgãos públicos e conselhos profissionais no enfrentamento aos parcelamentos irregulares do solo e à degradação ambiental, ao mesmo tempo em que **protegem o consumidor contra práticas abusivas e irregulares.**

Um relatório técnico complementar está sendo elaborado pelas autoridades envolvidas, com a consolidação dos dados e novas medidas que poderão ser adotadas.



TRANQUILIDADE **SÓ COM CORRETOR DE IMÓVEIS**